

O advento da República e a Educação Superior no Brasil: uma mentalidade nova integrada pelo espírito do século e nas exigências do tempo

Maria Cândida de Pádua Coelho

Almiro Schulz

Resumo

O texto tem como objetivo analisar a visão da educação superior no contexto da Primeira República, de 1889 a 1930, a partir do "espírito do século", das exigências do tempo e da compreensão dos presidentes do referido período. A pesquisa foi desenvolvida com base em fontes bibliográficas e documentais, que abordam a educação superior da época, em especial, o registro das falas presidenciais. Constatou-se que nesse período estão presentes ainda três matrizes de pensamento: a matriz Católico-conservadora, como reação; a matriz Liberal, a laica; e a matriz Cientificista, com base positivista. A educação superior foi entendida como caminho para superar o atraso e a ignorância e como meio para a profissionalização, para os setores da economia e do mercado em expansão.

Palavras-chave: Primeira República, Educação Superior, Mentalidades.

Abstract

The objective of the text is to analyze the vision of higher education in the context of the First Republic, from 1889 to 1930, taking the "spirit of the century", the demands of the time, and an understanding of the presidents of that period as a point of departure. Research was developed based on bibliographical sources and documents that deal with higher education of the time, especially presidential discourse. Three currents of thought were verified to be still present in this period: the reactionary Catholic-conservative current; the lay Liberal current; and the Scientific current, with a positivist base. Higher education was understood as the way to overcome backwardness and ignorance and as a means of professionalizing sectors of the economy and an expanding market.

Keywords: First Republic, Higher Education, Mentalities..

Introdução

O presente trabalho é parte da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Magistério Superior, do Centro Universitário do Triângulo: UNIT, perante Banca de Defesa constituída em 28 de Abril do ano de 2003, na cidade de Uberlândia, para fins de obtenção do Título de Mestre em Educação.

Originário do primeiro capítulo da referida Dissertação e transformado em Artigo para publicação, este trabalho busca conhecer qual era a visão de educação superior construída no Brasil pelos presidentes que governaram o país na Primeira República, que vai de 1889 a 1930, quando termina a chamada República Velha ou República Oligárquica e começa a República Nova ou Era de Vargas.

Sob os auspícios das visões novas de mundo e de homem presentes desde o tempo do Império, consubstanciadas em um novo ideário político, os presidentes da Primeira República construíram, paulatinamente, uma nova visão de educação superior, seguindo as exigências políticas do momento e as condições do novo desenvolvimento econômico, como eles próprios afirmam, cujas bases materiais e técnicas permaneceram, no entanto, intocáveis.

Referindo-se à época Republicana, que até certo ponto foi uma extensão do Império, Furtado (1979) cita que, o marco econômico e os mecanismos de exploração e dominação sobre os quais se organizou a sociedade brasileira na República, e sobre os quais se estruturou o seu sistema de poder, não foram muito diferentes daqueles do período monárquico, persistindo o grande domínio agrícola e a grande propriedade.

Assim, nos marcos de uma unidade social básica que continuou sendo o domínio de terras e a grande propriedade, balizada pelo sistema único de propriedade e de posses, é que se organizou a sociedade brasileira e se estruturou o seu sistema de poder. Este, estava caracterizado por uma burocracia racional, seletiva e impessoal, cheia de formalismos e rotinas, que se contrapunha às relações pessoais clientelísticas e conciliatórias dos Presidentes da República, e que muitas vezes se tornavam conflitivas, autoritárias e irracionais, prevalecendo a vontade do "Chefe Local", amparada pelas normas jurídicas consubstanciadas em lei.

Nesse marco institucional jurídico e político, cuja base econômica era a grande propriedade da terra, é que a República se estruturou e se consolidou, marcada por um profundo sentimento de renovação e aperfeiçoamento da sociedade, da vida, da educação e da

cultura, pautada pelos princípios da ordem e do progresso e os ideais de igualdade e de liberdade, expressos como dogmas dos direitos de homem, cujas bases teóricas sustentavam-se no positivismo e no liberalismo, matrizes fundamentais do capitalismo.

Tratava-se de um processo de institucionalização de uma burocracia que era democrática na sua forma, porém oligárquica e autoritária na sua prática, e na qual os novos grupos sociais apenas teoricamente tinham representatividade política, não participando efetivamente das decisões mais importantes no núcleo de poder do Estado.

Com a República, um surto de idéias novas entra no país, caracterizadas mais pelo positivismo de Augusto Comte e pelo liberalismo clássico europeu que se afirmou no século XVIII, em especial na França, com as contribuições de Voltaire, Rousseau e Diderot, entre outros.

Renovadas nas suas essencialidades, estas vão dar novas diretrizes à política e à educação nacional, num novo contexto econômico, sociocultural e ético, cujas bases e cujo conteúdo estavam sendo historicamente reconstruídos, na perspectiva de uma sociedade que se pretendia, idealisticamente, mais justa e mais igualitária.

Empregado pela primeira vez por Saint-Simon, para designar o método exato das ciências e sua extensão para a filosofia, o positivismo ficou conhecido como a religião Saint-Simonienne. Adotado por Augusto Comte, na França, para sua filosofia, este passou a designar uma grande corrente filosófica que na segunda metade do século XIX teve numerosas e variadas manifestações nos países do mundo ocidental.

Advindas do continente europeu, essas novas idéias mesclaram-se às idéias aqui existentes, formando um verdadeiro mosaico de etnias e diferentes culturas, em que as novas relações de forças, reaglutinadas em torno das forças então presentes, imprimem uma nova direção à sociedade e à educação.

O advento da República trouxera implícita a necessidade de ampla difusão do ensino e de profundas e urgentes mudanças na educação, que trazia subjacentes visões novas de mundo e de homem, consubstanciadas em um novo ideário político, pautado pelo desenvolvimento econômico de base cafeeira e pelo desenvolvimento cultural do chamado mundo moderno.

Ao abrir-se um novo período político na história do país com a Proclamação e com o reinado do café, durante o qual, por 36 anos, estaria o poder em mãos da aristocracia rural do café e dos senhores de terras, abriu-se, também, um novo período na história da educação brasileira, que durante a República buscou se reorganizar e se adequar aos interesses e necessidades das diferentes classes e frações de classes, então presentes.

Segundo Cruz Costa (1956, p. 139), "a segunda metade do século XIX marca o momento de maior transformação da história brasileira". A partir de 1870, uma nova burguesia urbana, de classe média, formada por militares, médicos, engenheiros e advogados, assume papel significativo no país, sobretudo no campo intelectual. O Brasil define-se pela formação de uma "nova nação sul-americana" e articula-se na evolução geral da civilização do ocidente, que muito o influenciou e que sempre buscou imitar, principalmente a França, que mais profunda influência exerceu na construção das nossas idéias e na formação do nosso pensamento.

No campo político, em que predominaram as idéias liberais, três diretrizes se fizeram presentes: o federalismo, o presidencialismo e a democracia representativa, que ampliada nas suas bases, a partir da Proclamação, permitiu a construção das chamadas estruturas de dominação dos Estados, conhecida como "política dos governadores" ou política "café-com-leite", forma extremada de descentralização do poder, em que os Estados econômica e politicamente mais fortes exerciam o predomínio sobre os demais Estados da Federação.

Idealizada por Campos Sales (1898 – 1902), a política dos governadores consistia, basicamente, em uma troca de favores. O Presidente da República comprometia-se a respeitar e apoiar as decisões dos governos estaduais, enquanto estes, por sua parte, se comprometiam a eleger os parlamentares que fossem simpatizantes do Presidente da República.

Quebrada a hegemonia do regime monárquico centralista e instituída a República, novas aspirações se fizeram presentes na sociedade brasileira, a exemplo da Revolução Francesa, que definiu os direitos do homem como dogmas, sustentados nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, expressos nos cânones das leis.

Do ponto de vista das idéias, três mentalidades ou matrizes de pensamento se fizeram presentes no debate sobre a Universidade: a matriz católico-conservadora, conhecida como a mentalidade religiosa da reação; a matriz liberal, também conhecida como mentalidade laica ou leiga; e a matriz cientificista, de base positivista, "que fez da gé na ciência e oo poder da educação suas idéias-força, com ênfase nas ciências naturais" (BARROS, 1985, p. 116).

Partindo de diferentes valorações de aspectos essenciais da cultura expressos nas idéias, sentimentos e costumes dos católico-conservadores, centrados na religião; dos liberais, centrados no direito; dos cientificistas, centrados na ciência e na educação, é que a mentalidade católico-conservadora destacou-se como a grande força da reação, por opor-se de forma intransigente às aspirações liberais.

Com a República, novos caminhos abriram-se para o Brasil: a democracia francesa, fundada nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade; o federalismo e a democracia representativa norte-americana e uma política econômica *sui gêneris*, balizada por uma monocultura cafeeira de exportação e um processo de industrialização incipiente.

O país vivia um outro momento histórico demarcado por um novo regime político em substituição ao antigo regime monárquico, caracterizado por um expressivo centralismo de poder e por uma oligarquia rural açucareira, de forte base econômica (BASBAUM, 1981), que se opunha às classes médias urbanas.

Na economia, ensaiavam-se novos e largos passos rumo à industrialização nascente, sob a influência das idéias políticas predominantes nos Estados Unidos, que já contava com um certo desenvolvimento industrial sem, contudo, se dar conta de que nem a República seria tão democrática quanto se esperava, nem o industrialismo teria muito a ver com os interesses dos fazendeiros de café, os grandes latifundiários, para quem o Brasil deveria continuar sendo, por muitos e muitos anos, essencialmente agrícola.

Paradoxalmente, convivia-se com o difícil momento de transição entre um regime fortemente centralista e um novo regime que se pretendia democrático, sob os auspícios da democracia representativa própria do modelo liberal norte-americano, imitado em grande parte pela nova política brasileira, porém sem muito sucesso, prevalecendo o federalismo, forma autoritária da política positivista.

O Império havia criado as condições necessárias para que uma nova organização econômica e social fosse gestada no país e um novo regime político pudesse ser criado, o que, certamente, não se deveu apenas ao chamado "golpe militar" de 15 de novembro de 89 mas, sobretudo, à falta de apoio popular ao regime imperial que não o encontrou em nenhuma das classes sociais existentes, senão em "alguns poucos, antigos e decadentes barões do açúcar" (BASBAUM, 1981).

Instaurado o novo regime, esperava-se que este garantisse à sociedade brasileira melhores condições de vida e efetiva participação social e política, cogitando-se, também, de uma nova orientação ao relevante problema da educação. Tratava-se de conhecer a realidade do país pelos cânones do direito, buscando ver a "contradição indisfarçável entre o ideal e o real, entre a realidade e os seus princípios" (BARROS, 1986).

Referindo-se às novas orientações para o país, como um elemento necessário e indispensável ao desenvolvimento e manutenção da nova ordem política instaurada, na Mensagem de Abertura do Congresso Constituinte, em 15 de novembro de 1890, o chefe do Governo Provisório, Marechal Deodoro

da Fonseca, assim falava à Nação Brasileira, com os devidos destaques aos retoques e às reformas indispensáveis à sua consolidação.

Alcançada, assim, a vitória, banido para sempre do seio da América um regime antagônico com a sua hegemonia, com a sua aspiração de liberdade, com as tendências das civilizações que se formavam e desenvolviam após a grande revolução que definiu os dogmas dos direitos de homem, cumpre-nos voltar vistas solícitas e patrióticas para a conquista realizada, para a obra que, embora finda, há de ir recebendo, com o tempo, com a observação dos fatos, com o conhecimento exato das circunstâncias e das necessidades reais do País, com o aperfeiçoamento da educação popular e política das classes e dos partidos, com as expansões que forem tendo as nossas riquezas, as nossas indústrias, os retoques e as reformas indispensáveis à sua consolidação (MEC/INEP, 1987, p. 15)

Em tais circunstâncias, a educação das classes e dos partidos foi considerada de extrema necessidade, mesmo porque, sem uma ideologia definida que os unisse, os partidos políticos existentes, tanto o partido liberal quanto o republicano, sofriam de falta de unidade sob as influências da época, contando apenas com as tradições de família, amizades, relações municipais e grupais, embora os republicanos, que se enquadravam no tipo liberal e cientificista (BASBAUM, 1981), pudessem ser considerados como o tipo exclusivamente político.

Quanto às aspirações de liberdade então preconizadas, estas traduziram-se na liberdade de ensino, de culto e de expressão, consubstanciadas na Constituição de 1891, expressiva dos diferentes interesses de classe, cujos conflitos, ideologicamente dissimulados pelo princípio da liberdade, tinham suas origens na separação entre a Igreja e o Estado, que se tornara laico.

O princípio da liberdade e da laicidade transformou-se em mecanismo ideológico eficaz, capaz de resolver os conflitos entre católicos e liberais, para os quais ensino livre e ensino obrigatório não se opunham, assim como não se opunham educação e instrução, direito e dever. "A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos seguintes termos: Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos" (CONSTITUIÇÃO de 1891, Art. 72, § 6º).

Junto ao princípio da liberdade de ensino consagrou-se o princípio da instrução elementar, obrigatória e gratuita, considerada não apenas obrigatória, mas, sobretudo, necessária, a exemplo da Constituição Francesa. A instrução pública, comum a todos os cidadãos, gratuita no que se refere à parte do ensino indispensável a todos, foi considerada uma forma de garantir a igualdade entre os homens, tal como compreendiam os liberais. Dessa forma, considerou-se necessário difundir o ensino, levar

alguma instrução para o povo, ir realizando o "ideal ilustrado" contra o absolutismo.

Acreditava-se que somente pela educação intelectual o país sairia do atraso cultural em que se encontrava, atingindo a almejada maturidade e superioridade, a exemplo dos países do ocidente, impulsionado pela força da lei, verdadeiro princípio civilizador no seio das idéias da "ilustração brasileira".

Considerou-se, então, de extrema necessidade a ampla difusão do ensino elementar e a sua reorganização, acompanhada do aperfeiçoamento da educação popular e política das classes e dos partidos, com a devida inclusão da educação superior, tendo em vista as reformas consideradas indispensáveis à consolidação do novo regime político que ora se instituiria com a Proclamação.

A formação de profissionais já não satisfazia às necessidades e interesses da nova organização sócio-econômica e política da sociedade brasileira que necessitava de novos quadros técnicos para a burocracia do Estado, assim como de novos profissionais para os diferentes setores da economia e de um mercado em expansão, ou seja, tanto os profissionais liberais das diferentes áreas e ideólogos das classes dominantes e das camadas médias urbanas, quanto os administradores de altos negócios, juristas, intérpretes de leis, legisladores, juizes e jurisconsultos.

Tratava-se de construir uma nova hegemonia condizente com as novas aspirações de liberdade e com as novas orientações da sociedade, segundo o "novo espírito do século" (MEC/INEP, 1987). Para isso, considerou-se necessário corrigir os defeitos das velhas instituições desgastadas pelo tempo e pelas inúmeras fragilidades políticas do tempo do Império, fortalecendo o império das leis e impedindo que a Proclamação se restringisse a um simples ato de deslocamento de homens, como acontecera com a Independência, em 22.

Acreditava-se que "o governo republicano, como todo novo governo, tinha idéias novas, mas as de agora eram inteiramente novas, pois não se tratava apenas de uma mudança de simples governo ou de regime, mas de uma mudança de classes no poder" (BASBAUM, 1981, p. 33).

Pela primeira vez, na história do país, desde a Colônia, cogitava-se de uma organização geral do ensino, em todos os seus graus e níveis, desde o primário até o superior. Nossas experiências anteriores, particularmente ao tempo do Império, haviam demonstrado o contrário, pelo fato de termos tido "instrução superior" antes da educação secundária ou mesmo primária.

Reformular o ensino em todos os graus, harmonicamente, desde a Instrução Primária até os Institutos Superiores, significava, antes de mais

nada, garantir o direito e o dever à educação. Significava garantir, da parte do indivíduo, o direito de educar-se, e, da parte do Estado, o dever de prover a educação.

É, de fato, no que diz respeito ao problema da educação e da instrução, que o pensamento liberal se completa e se faz, ao lado do *cientificismo*, uma das forças capitais da *ilustração brasileira*. Duas são as suas teses capitais: a obrigatoriedade do ensino elementar e a liberdade de ensino, em todos os graus (BARROS, 1986, p. 102).

A exemplo de outros países euro-americanos, buscou-se em uma nova organização do ensino a causa da superioridade do país aliada à expansão das suas riquezas, pautada por um intenso movimento de renovação. É esta crença que vai permear todo o debate em torno da idéia de universidade, na Primeira República. Não se busca explicar o estado do ensino como expressão da situação geral do país, mas, ao contrário, explica-se a situação presente como consequência do ensino.

Ao lado da gratuidade, a obrigatoriedade do ensino tornou-se, então, uma constante preocupação no pensamento liberal: "se, educar-se é um direito e um dever, gratuidade e obrigatoriedade do ensino são as peças de um sistema que possibilite, harmonicamente, a efetivação desse direito e o cumprimento desse dever" (BARROS, 1986, p. 102).

Quanto às mudanças na educação superior, estas corresponderiam às transformações mais profundas na sociedade, o que vai coincidir com uma forte influência positivista na política educacional brasileira marcada pela atuação de Benjamim Constant, em 1890-91.

Os Governos da Primeira República, entendendo essa necessidade, buscaram organizar o ensino sob "novas bases", de forma "completa e harmônica", desde a "escola primária até os Institutos Superiores, "segundo o espírito do século" e de acordo com as novas condições materiais e políticas do momento, como vai acontecer no Governo Provisório de Deodoro da Fonseca (1889 – 1891).

Assim, na Primeira Mensagem apresentada ao Congresso Nacional, em 1891, Deodoro da Fonseca vai expressar a necessidade de difundir o ensino e organizá-lo sob "novas bases", desde a escola fundamental até o ensino superior.

Dado o advento da República, forma de governo em que a difusão do ensino se impõe com o caráter de suprema necessidade, cuidou o Governo Provisório de organizá-lo sob *novas bases*, por modo completo e harmônico, desde a escola primária até os institutos superiores, proporcionando aos estudos a orientação que o espírito moderno e as condições de nossa existência política imperiosamente exigiram (MEC/INEP, 1987, p. 16).

Mas, o que significava, de fato, organizar o ensino sob "novas bases", por "modo completo e harmônico", segundo as orientações do espírito moderno e as condições da nossa existência política, desde a escola primária até os institutos superiores?

1 A organização do ensino sob "novas bases": o espírito do século e a nova conjuntura política

Como vimos, com a República, um surto de idéias novas que se seguiu ao término da Guerra do Paraguai, em 1870, dá entrada no país, introduzindo modificações substanciais no pensamento e na cultura brasileira, forçando a mentalidade católica a definir-se e a precisar-se diante de questões importantes presentes na sociedade, tais como a Questão Religiosa e o Laicismo do Estado, que significava perda de poder da Igreja Católica.

Construídas sob o signo do paradigma positivista na Europa, particularmente na França, e presente na universidade moderna, da qual em grande parte o Brasil foi cópia, essas idéias começaram a constituir-se, ao lado do liberalismo, num novo ideário político, voltado para uma burguesia urbana teoricamente comprometida com o progresso. A Guerra do Paraguai havia mostrado a todos os inúmeros defeitos das instituições do tempo do Império e o seu acanhado progresso social, desvendando a chaga da escravidão.

Segundo Barros (1986), a Questão Religiosa, momento culminante da luta entre os integrantes da mentalidade católico-conservadora e o Estado laico, era a expressão brasileira de uma oposição universal. Expressia, no Brasil, o esforço de definição do catolicismo diante da civilização moderna que subestimava os seus serviços, constituindo-se em risco à sobrevivência da "religião de Pedro", perplexa diante de um mundo hostil que a declarava superada.

Utilizada pela burguesia nascente como um instrumento importante de combate aos remanescentes feudais" (CUNHA, 1980, p. 75), que tinham na Igreja Católica fortes bases materiais e ideológicas, a secularização do ensino público, no Brasil, embora tardia, foi entendida pelo Estado Republicano como uma forma eficaz de garantir a sua hegemonia, o que se daria pela efetivação dos seus interesses e pelo aumento de sua própria força, na medida em que garantisse os interesses da burguesia industrial e mercantil em desenvolvimento.

Com base no princípio de liberdade e com o enfraquecimento do Estado laico, ao separar-se da Igreja, mais definitivamente, com a Proclamação da República, em 89, estabeleceu-se a descentralização, a

liberdade municipal e provincial, a federação, a exemplo dos Estados Unidos, e a liberdade de ensino, que levaria ao ideal do ensino sob a responsabilidade de particulares.

A orientação geral do pensamento filosófico-jurídico brasileiro e o papel que passou a desempenhar como fundamento de sua concepção de mundo, aplicado à realidade brasileira, expressou-se, então, por uma preocupação central pela luta política, tendo como problema inicial a reformulação das instituições.

Sob o influxo dos autores populares do século XIX, tais como Tobias Barreto, Silvio Romero, Oliveira Viana e Clóvis Beviláqua, dentre outros, criara-se um "movimento ilustrado" que, sob uma nova forma, desempenhou um papel semelhante ao do iluminismo na Europa do século XVIII. "Deste, a nossa 'ilustração' guardou a crença absoluta no poder das idéias; a confiança total na ciência e a certeza de que a educação intelectual era o único caminho legítimo para melhorar os homens, para dar-lhes inclusive um destino moral" (BARROS, 1986, p. 9).

Compreendida como um intenso movimento de renovação, a "ilustração brasileira" abre-se sob o signo dessa luta. Tomada em sentido amplo, a idéia de ilustração, da qual a mentalidade católico-conservadora foi adversária natural, definiu-se pelo desejo de transformar o país, de adequar as instituições ao "espírito do século" ou seja, ao espírito científico moderno, adequando o país à modernidade do ocidente e integrando-o na cultura ocidental, confundida com a humanidade.

Mas, o sentimento de renovação ou de ilustração que invade o país não mantém apenas a crença no poder das idéias, considerando-as capazes de por si mesmas transformarem a realidade. Há também uma confiança exagerada no poder da ciência ao lado de uma crença generalizada na educação, uma certeza quase como dogma de que somente pela educação intelectual sairíamos do atraso cultural em que nos encontrávamos.

Dessa forma, junto à crença de que havia um processo histórico único ao qual devíamos nos integrar, permanecia viva, mais do que nunca, a crença no poder das idéias e da educação, bem como no espírito reformista. "No Brasil, é indiscutível o êxito de tais idéias: espera-se que da reforma do ensino, do aperfeiçoamento da instrução, surja uma mentalidade nova, integrada nas exigências do tempo" (BARROS, 1986, p. 11).

Por espírito científico moderno compreendeu-se, então, naquele momento, o domínio de uma mentalidade nova, "condutora essencial da nossa civilização", a chamada mentalidade cientificista, que supervalorizava a ciência, mais particularmente as ciências naturais.

Para muitos, nossos erros do passado não eram fruto da maldade, mas da nossa ignorância, sendo a educação intelectual o caminho mais

propício e adequado para livrar-nos desse grande mal, considerado como uma das mais fortes razões do nosso atraso. "Espera-se a transformação da sociedade pela ilustração: ilustrar-se é ser bom e é ser feliz" (SILVIO ROMERO apud BARROS, 1986, p. 10).

Portanto, construir uma nova política de educação que visasse, no seu topo, a um preparo intelectual de alto nível, para alguns, encarregados de "conduzir as massas" e tirá-las da ignorância, tornou-se objetivo fundamental do Estado Republicano.

Do ponto de vista da nova mentalidade, considerou-se necessário refundamentar as doutrinas liberais por intermédio de uma nova moral e de uma nova doutrina do direito, igualmente científicas, como pedia o espírito da época, abrindo os olhos para os novos problemas sociais.

Pautada por uma concepção ecumênica ou universalista da vida, intimamente ligada às idéias ou padrões do ocidente, essa nova mentalidade tinha como ideal de educação um novo tipo de homem, o tipo ilustrado, culto, civilizado, iluminado pela ciência, de elevada moral, exercendo pleno domínio sobre a natureza e sobre si mesmo.

Tratava-se de um novo humanismo, fundado na ciência e comprometido com a problemática oacional, com a defesa dos direitos do homem e com a difusão de um novo saber científico e tecnológico, fundamento da revolução industrial.

Dentre as inúmeras exigências do espírito moderno considerou-se necessário, por parte da "ilustração brasileira", levar o liberalismo às instituições. Não o velho liberalismo europeu, que se deduz a partir do ideal da liberdade de consciência, mas um novo liberalismo, o chamado liberalismo brasileiro, autêntico, completo, tal como estava sendo entendido no século XIX.

Prevalecia o entendimento de que a crença na liberdade e na educação, cientificamente demonstrada, e a fé na ciência, interligados entre si, constituíam-se nos motivos dominantes do novo liberalismo, mais adequado às solicitações do século, tanto dos liberais clássicos quanto dos liberais cientificistas, ambos presentes no movimento da ilustração brasileira (BARROS, 1986).

Do ponto de vista da essência do liberalismo que é o seu significado ético, tratou-se da força da lei, das regras, do direito natural, porém não enquanto uma realidade historicamente construída, mas como algo que é dado naturalmente, como exigência da natureza humana. Para os liberais, os valores não derivam da ciência, mas do direito natural: há um ideal supremo de justiça, um direito indiscutível e inalienável que evolui naturalmente.

Não se tratava de uma declaração abstrata dos direitos inalienáveis do homem, fundados nos antigos princípios de liberdade, igualdade e individualidade, mas de reivindicações sociais e políticas concretas, que exigem uma teoria nova da vida, da ética e do direito; uma nova visão de sociedade, em que a liberdade individual se sobrepõe à liberdade de consciência.

Assim, o processo de reestruturação da educação superior, na Primeira República, deu-se no âmbito de um processo de renovação e de aperfeiçoamento, conhecido como "ilustração brasileira" (BARROS, 1986). Era necessário "ilustrar o país", iluminá-lo pela ciência e pela cultura, fazer das escolas focos de luz, de onde haveria de sair uma sociedade transformada, fruto da força das idéias e da eliminação da ignorância.

Tratava-se de integrar-se, a qualquer preço, à nova civilização do ocidente, rompendo as barreiras do atraso e preparando um povo verdadeiramente culto e progressista. "A importância de tais desafios, no plano do ensino superior, exige que se dediquem a superá-los as mentes mais lúcidas, as mais capazes de enxergar mais longe e em maior profundidade, as mais ousadas no aceitar reptos e, ainda, as mais generosas" (RIBEIRO, 1982, p. 13). Em tal conjuntura, coube ao ensino superior formar as elites intelectuais, "as mentes mais brilhantes e mais capazes", responsáveis pela educação e condução da sociedade brasileira.

Visando alavancar o progresso do país e integrá-lo no *espírito do século*, com suas novas bases éticas, jurídico-políticas e filosóficas, os novos liberais defenderam a total liberdade de imprensa, de ensino, de reunião, de associação e de consciência, com a conseqüente separação entre a Igreja e o Estado e a abolição do culto oficial, juntamente à "libertação do trabalho", buscando criar melhores condições de trabalho com menor exploração. Estas eram iniciativas importantes para a economia, uma vez que favoreciam a imigração de braços para a lavoura, decadente com a abolição da escravatura e conseqüente redução da mão-de-obra escrava.

Quanto às relações entre a educação e o Estado, no novo liberalismo, o "Estado-educador" não significava o Estado apoiando doutrinas e impondo idéias. Significava o Estado velando pelo nível do ensino, oferecendo o máximo de seus recursos à educação; criando condições para que todos se instruissem e para que as idéias se opusessem livremente. Liberdade de ensino, portanto, não significava abstenção do Estado, mas, ao contrário, a sua presença permanente, garantindo um "ensino de base".

Ao Estado liberal não caberia a responsabilidade direta pelo ensino, muito embora se admitisse, mais tarde, a existência de um "Estado-educador", no âmbito do Estado liberal laico.

Para os liberais, era fundamental a intervenção de um estado laico, sem doutrina, que não negasse à Igreja a liberdade do ensino, mas, apenas, impedisse o privilégio e o monopólio desta, dividindo-o com o Estado, onde todos teriam liberdade para ensinar e para aprender. Assim, ao Estado caberia o direito exclusivo de conferir os graus e de responsabilizar-se pela competência dos graduados nas diversas profissões.

Entretanto, em relação ao ensino superior, esta não foi a direção do "triumfante" liberalismo brasileiro. Neste, a liberdade de ensino encaminhou-se na direção de uma liberdade sem restrição, como a que caracterizou a maior parte dos projetos de reforma do ensino superior do tempo do Império, e que estavam consubstanciados na Reforma de Leôncio de Carvalho (BARROS, 1986, p. 104).

2 A nova política de Educação Superior e os primeiros cinco anos da República

Instaurada a República, cuja proclamação não se deu nem pelo povo, nem pelo Partido Republicano então existente, mas pelo Exército, que em seu conjunto não era republicano, os governos de Deodoro e de Floriano (1889 – 1894) cuidaram de consolidá-la, o que, certamente, não foi tarefa fácil. Em poucos meses de governo Deodoro dissolveu o Congresso, demitiu Ministros e, sem o apoio do povo e dos partidos políticos, renunciou ao seu mandato, sendo substituído por Floriano Peixoto, cuja gestão também foi bastante agitada, uma vez que Floriano assumiu a gestão do país por força das circunstâncias do momento, sem o necessário conhecimento dos problemas nacionais, mantendo-se com dificuldade no poder.

Coube ao Marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente e sucessor de Deodoro, cuja gestão foi, na realidade, uma continuação do governo anterior, consolidar a República. Esta se efetivaria, em parte, por força da lei, cumprindo o princípio de liberdade que buscava conciliar as conflitivas relações de forças postas pelo laicismo do Estado.

Com o deslocamento da força econômica do tempo do Império para novos setores da oligarquia rural, agora demarcada pelos fazendeiros de café, tornou-se necessário uma recomposição de forças do governo republicano que buscou apoio nas classes médias urbanas, que podiam contar com as forças das armas e que desejavam a República, o que indiretamente correspondia aos interesses dos senhores do café.

As antigas forças políticas do tempo do Império, que vinham paulatinamente se fortalecendo em prol da Proclamação, estavam aglutinadas em torno das classes possuidoras, os donos das terras, os

fazendeiros de café, que se expressavam no "coronelismo" e em torno de alguns setores ilustres da pequena burguesia urbana (BASBAUM, 1981), sobretudo os profissionais liberais: advogados, médicos, engenheiros, jornalistas, assim como alguns setores do exército brasileiro, cuja insatisfação originada da "Questão Militar" havia se agudizado e precipitado no ato da Proclamação.

A oligarquia rural, latifundiária, essencialmente agrícola, perdera sua hegemonia. Assumira o poder um grupo heterogêneo de homens que, pela sua formação e relações econômicas, sociais e culturais, se achavam vinculados às classes médias urbanas, das quais os militares eram parte, constituindo-se, ao lado das classes possuidoras, em um setor forte e homogêneo, detentor da força das armas.

Para Deodoro, que estivera à frente do ato da Proclamação e para quem a educação foi vista como mecanismo de desenvolvimento econômico e consolidação do novo regime político que se implantava no país, tratava-se de conhecer de forma exata e adequada as circunstâncias e as "necessidades reais do momento".

Proclamada a República, foi considerado ponto de honra mantê-la e engrandecê-la. "Se fundar a República fora uma missão do passado", conservá-la e engrandecê-la perante a pátria e o mundo era um dever do presente (MEC/INEP, 1987, p. 15).

Até ontem, a nossa missão era fundar a república; hoje, o nosso supremo dever perante a pátria e o mundo é conservá-la e engrandecê-la. Não se mudam instituições para persistir em defeitos inveterados ou para causar simples deslocação de homens. Nas revoluções em que preponderam os princípios sobre que repousa a trilogia sagrada do direito, da justiça e da liberdade, os povos visam, antes de tudo, melhorar de condição, fortalecer o império das leis e reivindicar o papel que lhes cabe no governo da sociedade. Por igual, cogitamos do momentoso problema da instrução pública, a que tem sido dada nova e mui diversa orientação (MEC/INEP, 1987, p. 15).

Monarquista e liberal por convicção, Deodoro cuidou de integrar o país, agora sob novo regime político, à nova realidade político-social e econômica que ia, aos poucos, se configurando e assumindo os contornos históricos da época. Embora pertencesse a elite intelectualizada e culta das classes médias, recentemente instaladas no poder e das quais era o mais fiel representante, e embora "sangue e espírito" dessa classe, Deodoro continuava a agir e a pensar dentro da tradição monárquica, na qual cresceu e se formou.

Assim, identificava-se muito mais com a "aristocracia rural", à qual os monarquistas pertenciam, a chamada nobreza, donos das terras e dos escravos, do que, propriamente, com a classe social de que era parte. Misto

de burguesia e agrarismo, possuidora dos latifúndios e da população miserável que neles habitava e que a eles estava vinculada, completamente alheia à vida política dos países, a aristocracia rural era a base principal do governo monárquico.

Na condição de chefe da Nação, representando "o estado maior" das classes possuidoras, cujo poder político estava assentado no domínio econômico e no domínio dos postos-chaves da administração, bem como das forças armadas, tanto Deodoro quanto Floriano foram os mais fiéis representantes das elites dominantes e dirigentes, destacando-se como "figuras invulgares" da Proclamação.

Embora "intelectuais orgânicos" (GRAMSCI, 1978) das classes médias urbanas, classe flutuante de camadas heterogêneas, culta e letrada, da qual o exército era parte, Deodoro e Floriano falavam em nome das elites, que cooptavam os seus serviços, junto de personalidades ilustres da República que muito contribuíram para com esses governos.

Na condição de representantes máximos do país, Deodoro e Floriano tiveram que administrar, com certa habilidade, a composição de uma Assembléia Constituinte complexa e heterogênea, formada por grupos cujos membros vinham, em grande parte, da monarquia, sendo a grande maioria bacharéis, muitos dos quais representantes dos senhores de terras, e outros tantos militares, oriundos de alguns setores das classes médias (BASBAUM, 1981).

Nessa conjuntura, misto de agrarismo e burguesia industrial, de liberalismo e positivismo, de monarquia e republicanismo, em que os governos republicanos foram representativos dos interesses das classes médias e altas, em que pesem suas preocupações com os problemas nacionais, é que a visão de educação superior foi se configurando e tomando corpo no país.

Num contexto assim delineado, a visão de educação superior construída pelos presidentes da Primeira República não poderia ser outra senão uma visão pequeno-burguesa e de classe média, ao lado de uma visão burguesa e elitista cujos interesses, teoricamente estavam em consonância com os interesses nacionais, estando, porém, na realidade, em maior sintonia com os interesses das elites hegemônicas, que exerciam o predomínio econômico e político sobre as demais classes, cabendo-lhes fixar os rumos da sociedade, dando-lhe a direção.

No âmbito do Estado Republicano, cujo núcleo de poder ia perdendo, aos poucos, o caráter excessivamente centralista da monarquia ao mesmo tempo em que assumia algumas tendências liberais e positivistas, com alguns traços de federalismo, este propunha-se a ditar normas para o

ensino público por ele ministrado, deixando o ensino particular fluir e funcionar livremente.

A estrutura da educação superior deixada pelo Império era uma estrutura secular, elitista, cujo processo de laicização encontrava-se em vias de desenvolvimento e consolidação, sofrendo forte resistência da ala católica conservadora, que não queria abrir mão da posse dos seus domínios e do seu poder. Com a secularização do ensino, que se tornara público, perdendo, aos poucos, o caráter religioso, a Igreja Católica deixava de ser a única gestora da educação, sendo substituída por um corpo de funcionários do Estado, organizado segundo padrões burocráticos seculares.

Assim, a visão de educação superior construída no Brasil pelos Presidentes da Primeira República tem seu momento decisivo nos seus primeiros cinco anos, um curto período que vai da Proclamação, em 1889, até a posse de Prudente de Moraes, em 1894, quando terminam os dois primeiros mandatos dos governos militares de Deodoro e Floriano, considerados como um dos períodos mais difíceis e agitados da história do país.

3 O reformismo institucional: a expansão econômica e a primeira reforma geral do ensino

Nesse contexto de renovação, reformismo e aperfeiçoamento da sociedade brasileira, foi considerada necessidade premente e da maior urgência a difusão da educação popular e da instrução pública, ao lado dos Institutos de Instrução e de Aplicação, bem como dos Liceus Comerciais, tendo em vista a formação dos profissionais necessários ao desenvolvimento da indústria e do comércio, nos seus mais variados ramos, prevalecendo, no entanto, teoricamente, a importância da educação popular e da instrução pública, consideradas prioritárias para o país.

Frente ao atual estágio de desenvolvimento da economia brasileira, com o crescimento da indústria e do comércio, cuidou o governo da efetivação de medidas de urgência, promulgando Decretos que criavam os Institutos Profissionais, ao lado das escolas de Instrução Pública, embora o governo se ressentisse da falta de recursos orçamentários e da falta de crédito para efetivação das medidas previstas nos dispositivos legais (MEC/INEP, 1987, p. 20).

Começava a desenhar-se no país uma estrutura dualista de ensino superior, com um ensino profissionalizante, "mais pragmático", voltado para a maioria da sociedade, ao lado de um ensino "mais ilustrado", de mais alto nível, voltado para as elites.

Entendeu-se que era necessário reformular o ensino superior não só ampliando o número de vagas, criando mais Faculdades, mas, sobretudo, reestruturando-o mais adequadamente, segundo as necessidades e as exigências do momento. Tratava-se de preparar melhor o estudante para qualquer tipo de trabalho e não apenas conferindo-lhe gratuitamente títulos honoríficos que lhe possibilitassem galgar as posições mais elevadas e confortáveis, que tinham no "bacharel" um elevado ideal de vida. Para este, o trabalho manual significava muito pouco numa sociedade urbanizada, de costumes refinados, na qual o antigo dono das terras havia perdido o seu prestígio.

No entanto, além da preocupação do governo com o preparo de mão-de-obra adequada a um mercado em expansão, cogitaram os presidentes da Primeira República de garantir a unidade e a integridade nacional supostamente quebradas com a expansão desordenada do ensino superior, por meio da elaboração dos Estatutos Especiais de cada Faculdade e da elaboração dos Códigos de Disposições Comuns às instituições de ensino superior dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Entretanto, o "esforço ilustrado" para elevar o país ao nível do século não se concentrou apenas na atividade política, conclamando a sociedade para as reformas das instituições e das leis, consideradas necessárias. Este concentrou-se, também, numa atividade teórica, de ordem pedagógica e elitista, que teve na educação das elites e na "alta cultura", de "índole científica", de quem se esperava a orientação e condução das "massas", "ignorantes e incultas", a maior referência.

É a alta cultura, especialmente de índole científica, que produz a prosperidade material, que pode enriquecer o País, torná-lo saudável e feliz. Para que a tenhamos, é preciso difundir as "luzes" por todas as classes sociais, espalhar o ensino primário, estabelecer o ensino secundário, criar o ensino técnico, especialmente o profissional e o agrícola. Mas antes e acima de tudo, é preciso reformar o ensino superior, torna-lo sólido e eficaz, porque sem ele será vã qualquer outra tarefa. Sem uma elite intelectual bem preparada, como esperar a ilustração do povo? Já fizemos ver que a "lógica" de nossa história apontava essa solução: do mesmo modo que fora a elite que conquistara a independência do País e que estabelecera a sua organização jurídico-política, caberia ainda a ela a tarefa de orientar o progresso do País, formando o povo. Assim, se sequer um povo ilustrado, é preciso, primeiro, que se constitua uma elite verdadeiramente ilustre: [...] (BARROS, 1986, p. 207).

Ao ensino superior, cuja organização deveria estar fundada em bases liberais, caberia, o papel a ele inerente de preparar bem as elites cultas, responsáveis pela formação do povo e pelo progresso do país, conforme expressava o governo: "Sem uma elite intelectual bem preparada, como

esperar a ilustração do povo?" (MEC/INEP, 1987, p. 42). Como tornar o país sólido e eficaz, uma vez que sem o ensino superior qualquer outra alternativa assumida na sociedade brasileira era considerada "vã e sem eficácia"?

Ressentindo-se da falta de uma reforma geral do ensino, há tanto tempo esperada, cuidou o governo de determinar a sua elaboração, constituindo-se esta na primeira de uma série que estavam por vir, na tentativa de adequar o ensino aos diferentes interesses e necessidades da sociedade brasileira republicana.

Estamos nos referindo à primeira reforma geral do ensino, a Reforma de Benjamim Constant, de 1891, uma reforma geral da Instrução Pública, como até então não houvera no país, abrangendo desde a instrução primária até o ensino superior, passando pelo ensino secundário, técnico e profissional, e que deveria atender ao desenvolvimento econômico e às exigências políticas do momento, contemplando os diferentes interesses da sociedade.

No entanto, esta acabou versando mais sobre os novos planos de ensino dos respectivos Institutos Superiores e sobre o desenvolvimento e extensão dos cursos do que propriamente sobre os princípios gerais que constituíam o sistema da Reforma, e que segundo o governo deveria primar pelo caráter liberal.

Ao abrir os canais de participação à sociedade no ensino superior pelo relaxamento do controle ao "livre acesso", ao criar o exame de madureza, a Reforma do Ensino de Benjamim Constant buscou atender ao caráter que era inerente aos positivistas, ou seja, de uma postura radicalmente contrária aos privilégios educacionais e ao desejo da sociedade, que aspirava "a mais" educação e de mais alto nível.

No entanto, esta foi muito mais uma tentativa frustrada de organizar um ensino que correspondesse às aspirações e interesses da sociedade brasileira, acabando por contemplar interesses particulares de uma classe ou frações de classe, ainda que os positivistas fossem radicalmente contrários aos privilégios educacionais.

Nascida do compromisso entre a oligarquia e os grupos de classe média, a República liberal exigia um marco institucional flexível. A necessidade de se dialogar com as massas punha em marcha o processo de politização destas, uma vez que exigia dos líderes políticos um permanente esforço de superação da rigidez do sistema político vigente. Assim, à medida em que os "movimentos de massas" iam ganhando autonomia, fazia-se necessário modificar o conteúdo e a forma do processo político, tornando-o mais flexível.

Segundo Furtado (1979), a própria resistência que a oligarquia oferecia no Parlamento criava as condições para que a politização e

mobilização das massas se intensificassem. A pressão no sentido de modernização institucional se exercia pelos próprios canais da política. Estava, assim, aberta a porta ao reformismo institucional, passando para primeiro plano a problemática das Reformas do Ensino.

Conclusão

Construída na esteira de uma nova hegemonia econômica e política, que aos poucos foi se delineando no cenário brasileiro, a nova visão de educação superior foi se configurando marcada pela idéia de aperfeiçoamento e de progresso e por uma visão elitista, em que a educação buscou acompanhar a evolução econômica e política do país, em sintonia com os interesses da sociedade, porém sem muito sucesso.

Esta, voltou-se, então, para as novas aspirações de liberdade e de igualdade e para as novas orientações da sociedade brasileira, demarcada pelo "novo espírito do século", que tinha na modernidade do ocidente seu referencial mais expressivo.

Vista pelos presidentes da Primeira República como mecanismo de desenvolvimento econômico e consolidação do novo regime político ora instaurado no país, estes buscaram, a todo tempo, adequá-la às circunstâncias e às exigências políticas do momento, segundo os diferentes interesses de classe em presença, com a predominância dos interesses das classes dominantes e dirigentes, hegemonicamente instaladas no poder.

No plano das idéias prevaleceram as mentalidades ou matrizes positivistas e liberais, de cunho cientificista, demarcadas pela luta entre católicos e liberais, entre estes e os positivistas. Ao lado das idéias de prosperidade e expansão das riquezas e do progresso, fundado na ordem e no aperfeiçoamento das instituições e da sociedade, pautada pelos princípios de liberdade e igualdade, teoricamente definidos, desenvolveu-se um profundo sentimento de renovação que permeou o debate em torno da idéia de universidade, por um longo tempo.

No plano político prevaleceram as idéias federalistas e presidencialistas, a democracia representativa que jamais se efetivou num país de múltiplos interesses e necessidades demarcado por um sistema único de propriedade e de posses, prerrogativa das elites dominantes e dirigentes da sociedade.

Assim, balizada pelas novas visões de mundo e de homem veiculadas no país e consubstanciadas em um novo ideário político, que aos poucos foi se configurando de forma mais nítida, é que a nova visão de educação superior foi sendo construída, na esteira do desenvolvimento

econômico e político da República Brasileira, em que a ação estatal vai corresponder, mais efetivamente, ao desenvolvimento e às necessidades do novo setor da economia, de base cafeeira.

Nesse contexto crivado de contradições, um duplo movimento de expansão e de contenção do ensino superior, iniciado sob a forma de desoficialização do ensino desde o Império, começou a se configurar mais claramente, tomando novas proporções, na medida em que sinalizava para o agravamento dos inúmeros problemas educacionais e político-sociais presentes na sociedade.

Numa conjuntura assim complexa e de inúmeros interesses, em que a luta política se destacou como uma das principais atividades do país, certamente não foi fácil sintonizar os interesses dominantes com os interesses de uma sociedade que era excludente e desigual, mas que se pretendia igualitária, segundo as aspirações republicanas.

Nesse sentido, as freqüentes incursões ideológicas no terreno político, particularmente quando se tratava de harmonizar interesses conflitivos e contraditórios, constituiu-se numa estratégia eficaz, dissimulando os conflitos político-sociais existentes. A ideologia era uma forma de justificar, legitimando e dissimulando, a exclusão e a marginalidade social em uma sociedade que apenas teoricamente era igual.

De tendência nitidamente industrialista, que muito pouco ou quase nada tinha a ver com os interesses dos fazendeiros de café, e em que era visível a influência não apenas das idéias francesas mas, também, das idéias predominantes nos Estados Unidos, com o seu expressivo desenvolvimento industrial, a República das classes médias e dos militares, a República paradoxalmente idealista, não logrou subsistir. Sua duração foi efêmera como efêmera foi a fantasia dos dogmas franceses que chegaram a dominar nos últimos anos do Império mas que submergiram às forças do "reinado do café".

Assim como a França havia sido o paradigma das idéias políticas burguesas de liberdade, igualdade e fraternidade, os Estados Unidos se haviam transformado, para as classes médias, no exemplo vivo do que pode o desenvolvimento industrial para o progresso de uma nação (BASBAUM, 1981, p. 45).

Numa realidade histórico-social assim complexa, mesclada de diferentes interesses, valores e visões de mundo, misto de agrarismo e de industrialismo, somente um regime político mais flexível, que dialogasse com a sociedade, poderia subsistir. Criara-se uma burocracia que era democrática na sua forma, porém, oligárquica na sua prática e na qual os grupos sociais tinham representatividade apenas teórica, não participando das decisões mais importantes no núcleo de poder do Estado.

Segundo Basbaum (1981), o fim do século anterior havia sido para os povos da Europa e da América um período de paz e tranquilidade social. Paris havia transformado-se em centro do mundo e o espírito francês atraía todas as atenções para as artes, para as ciências, para "a alegria de viver". "Reinava *la belle époque*". A burguesia, bem instalada no poder, acreditava haver atingido pleno domínio sobre o mundo e sobre os seus problemas sociais.

Mas, o início do século XX abriria um momento realmente novo na história mundial. A Primeira Guerra Mundial abriria os olhos dos homens para novos problemas sociais e novas alternativas de vida.

A abolição, o crescimento demográfico, a guerra de 1914, com seu influxo industrial, a ampliação do mercado interno e do mercado internacional do café, abririam novas perspectivas para o Brasil.

O capitalismo entrava em uma nova etapa do seu desenvolvimento, evoluindo da concentração de capitais para a formação de trustes e cartéis, que abririam fronteiras pelo mundo, dominando, explorando e subjugando os países menos desenvolvidos.

Tal como expressa Pedro Calmon apud Basbaum (1981), a fantasia dos dogmas franceses havia passado. Tinha sido uma quimera. Desse sonho submergira a República, que não fora tão promissora quanto se esperava. Tudo não passara de um sonho de "coisa pública".

O País varrera de si a fantasia dos dogmas franceses, que o tinham empolgado nos últimos anos do Império. Queria trabalhar. Pedia paz. Nessa atmosfera de saturação, de desencanto e de fadiga é que submerge a República teórica, que não fora exequível e se impõe a República que pudemos ter. A que foi possível (PEDRO CALMON apud BASBAUM, 1981, p. 46-7)

Referências

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*.

Apresentação de Antonio Paim. São Paulo: Convívio, 1986. 440 p.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: de 1889-1930*. 4. ed. São Paulo: Alfa – Omega, 1981. 316 p.

BRASIL: Decreto Nº 346 de 19 de Abril de 1890. Cria a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. In: *A Educação Superior nas Mensagens Presidenciais*, MEC/INEP, Brasília, DF, 1987.

BRASIL: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 22 de Junho de 1890. In: A Educação Superior nas Mensagens Presidenciais, MEC/INEP, Brasília, DF, 1987.

BRASIL: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 24 de Fevereiro de 1891. In: A Educação Superior nas Mensagens Presidenciais, MEC/INEP, Brasília, DF, 1987.

BRASIL: Ministério Da Educação E Cultura / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. In: A Educação Superior Nas Mensagens Presidenciais: Período de 1890-1986. V.I. Brasília, DF, 1987. 249p.

CRUZ COSTA, João. Contribuição à História das Idéias no Brasil: O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. 484 p.

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Temporã: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 295p.

FURTADO, Celso. (Org.). Brasil: Tempos Modernos. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 194p.

GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 341p.

RIBEIRO, Darcy. A Universidade Necessária. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 307p.

Maria Cândida de Pádua Coelho é professora aposentada na Universidade Federal de Uberlândia - UFU e professora em exercício na Faculdade de Caldas Novas- UNICALDAS. Mestre em Educação: Magistério Superior, pelo Centro Universitário do Triângulo- UNIT

Almiro Schulz é doutor em Educação, professor e Coordenador do Curso de Mestrado em Educação: Magistério Superior do Centro Universitário do Triângulo- UNIT. Telefones: (34) 32152511; (34) 32287617. E-mail almiroschulz@yahoo.com.br.

Recebido em: 17/03/2004

Aceito em: 20/01/2005